


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo Digital nº:	<b>1007162-58.2015.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Compra e Venda</b>
Requerente:	<b>Construtora e Incorporadora Adn Ltda</b>
Requerido:	<b>Marcio Aparecido da Silva</b>

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

**Construtora e Incorporadora ADN Ltda.** ajuizou ação de cobrança, inicialmente proposta na 5ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, em face de **Márcio Aparecido da Silva** alegando, em síntese, ser credora do requerido no importe de R\$8.946,61, decorrente de serviços prestados na construção de uma casa. Pede a procedência da ação, condenando-se o devedor ao pagamento do valor devidamente atualizado, perfazendo o montante de R\$12.348,54, bem como ao pagamento de honorários advocatícios de 20% sobre o valor da causa.

Citado (fl. 62), o requerido apresentou contestação suscitando preliminares de incompetência absoluta do juízo, ilegitimidade do autor para atuar na demanda e falta de interesse de agir. No mérito, contrapôs a argumentação inicial (fls. 66/76).

Houve réplica (fls. 90/95).

Acolhida a preliminar de incompetência do Juízo, determinou-se a remessa dos autos para esta Comarca de Ibaté (fls. 102/104).

Instadas à especificação de provas (fl. 108), autor e réu mostraram-se favoráveis à realização de audiência de conciliação (fls. 111 e 112).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Tentativa frustrada de conciliar as partes a fl. 118.

Concedido novo prazo para produção de provas (fl. 120), as partes não atenderam ao comando judicial.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

Indefiro o pedido de justiça gratuita formulado pelo réu, porquanto o documento de fl. 84 comprova percepção de rendimentos que excedem o limite de isenção do Imposto de Renda, situação incompatível com a miserabilidade necessária à consecução do benefício.

O feito comporta julgamento imediato, com fundamento no artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, bem assim ante o desinteresse das partes pela produção de provas, direito que declaro precluso.

Os documentos que acompanham a petição inicial não comprovam a celebração do negócio jurídico e, conseqüentemente, o seu inadimplemento.

Nesse ponto, o contrato anexado às fls. 13/16 não prevê qualquer obrigação do réu com o autor, mencionando apenas o repasse de valores sem indicar por quem. É oportuna a transcrição do item B da cláusula que trata do preço: *"R\$ 80.000,00 a serem pagos através de Financiamento Bancário Junto à Caixa Econômica, a serem pagos através da modalidade AQUISIÇÃO DE TERRENO MAIS CONSTRUÇÃO, a serem repassados a ADN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (...) com sede na rua São Sebastião, 1859, Centro, São Carlos; a cada etapa concluída ou se antecipada a construção, já considerando o pagamento do terreno"* (fl. 15).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Observo, ainda, a expressa previsão de que o pagamento ocorrerá mediante realização de financiamento pela CEF, elemento que vai ao encontro das alegações do réu.

Os documentos de fls. 17/19 também não esclarecem os fatos (termo de entrega e recibo).

A nota promissória anexada à fl. 20, cuja pretensão executória prescreveu em maio de 2016, embora represente a existência de um crédito, não foi mencionada na petição inicial e abrange quantia inferior à postulada; portanto, o documento, isoladamente, é insuficiente para comprovar que este crédito se refira ao inadimplemento narrado nos autos.

Como se nota, a prova é frágil e insuficiente para o acolhimento da pretensão deduzida, não se desincumbindo o autor do ônus que lhe impõe o artigo 373, I, do Código de Processo Civil.

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. O autor arcará com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 10% do valor da causa atualizado.

Interposta apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 01 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**